

Associação de Mulheres Juristas quer construir casa de apoio às vítimas de VBG



"A violência não é cultural mas sim falta de cultura"

Associação de Mulheres Juristas quer construir casa de apoio às vítimas de VBG

A Associação de Mulheres Juristas (AMJ) conheceu recentemente eleições internas e tem agora novos titulares. Tereza Amado, membro fundadora, é a nova presidente e falou-nos das metas que a associação pretende atingir e quais as suas linhas de actuação. Construir uma casa de apoio às vítimas de Violência Baseada no Género (VBG) e a proposta de alteração desta mesma lei são dois grandes desafios a que se propõem.

A AMJ existe desde o ano 2000 pelas mãos de um grupo de mulheres ligadas ao mundo jurídico. Na altura, explica Tereza Amado, as poucas mulheres juristas que existiam em Cabo Verde eram, por vezes, elas próprias vítimas de discriminação. “No exercício da nossa profissão havia casos em que não éramos bem recebidas por exemplo na Polícia quando íamos e apresentávamo-nos como advogadas. Houve vários episódios comigo e com outras colegas em que, o facto de sermos mulheres levava as pessoas como que a pensar que

podiam ter uma outra atitude connosco”, recorda.

A real consciência das gritantes injustiças que afectam a mulher cabo-verdiana esteve na génese da formação da associação que se mantém activa há já 14 anos. “A nossa maior preocupação prendia-se com o facto de muitas vezes as mulheres serem vítimas de violência doméstica, agressão, violência psicológica e não terem o acompanhamento aconselhável”.

Falta de cultura

As questões da violência e de género foram sempre uma preocupação da AMJ que tem encarado como sua, a luta pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. A violência doméstica não pode ser desculpada por ser “cultural”, considera a presidente da associação. “Não é cultural é falta de cultura. Há comportamentos que estão enraizados numa determinada época mas não podem e não devem ser aceites porque não são toleráveis para aquilo que é a dignidade humana, os valores e os princípios de cada pessoa.”

A entrada, em 2011, em vigor da lei que define a violência como crime público no país, VBG, foi vista com agrado pela AMJ que, aliás, congratulou-se como um dos impulsionadores que trabalharam para este “ganho inquestionável”. Porém, segundo Tereza Amado, as leis não resolvem todos os problemas. “A aprovação dessa lei ajudou e ajuda imenso mas há práticas no dia-a-dia que nós vemos que não estão a ser as mais correctas. A própria aplicação da lei pelos tribunais muitas vezes tem deixado a desejar”, lamenta.

Uma das lacunas que apontam é a falta de acompanhamento adequado às vítimas que, além disso, são duplamente prejudicadas quando são obrigadas a sair das próprias casas.

Nesse sentido uma das principais metas que a AMJ almeja alcançar e “vai fazer tudo para conseguir” é a construção de uma casa de apoio às vítimas, “um projecto ambicioso já que representa um grande investimento”. “Contamos com o apoio de todas as pessoas. Vai ser bem-vindo desde um bloco até um saco de cimento. É triste sabermos que as pessoas são postas fora de casa e não têm onde passar a noite. Os agressores ficam na casa e as vítimas numa total desprotecção”, lamenta.

[Continue a Ler na Página seguinte](#)

@Cláudia Marques



A sustentabilidade da casa de abrigo é uma questão que se levanta e para a qual a associação já tem resposta. “A nossa principal intensão vai ser pedir com que se fizesse uma alteração à lei. Em que a pessoa que fosse condenada como agressor, por ter colocado a vítima numa situação em que ela não tem onde ficar, que o juiz tenha em conta na medida da pena os valores que pessoa teria que pagar para estar abrigada nessa casa”, explica. A AMJ crê que esta “alteração legislativa de fundo” surta não só um efeito dissuasor como irá promover uma discussão sobre tudo o que está em torno da violência.

Sucesso ainda é visto como exclusivamente dos homens

A sociedade cabo-verdiana, no que diz respeito aos direitos, é igualitária e tem havido uma evolução positiva, diz Tereza Amado.

Contudo o sucesso continua a ser visto por muitos como sendo exclusivamente dos homens. “Há uma certa depreciação pelo facto da mulher estar num mundo à partida reservado aos homens. Se está num lugar de topo é porque não toma bem conta da casa ou por isso é que se divorciou...e é julgada mais do que são homens.”

A atribuição do Prémio Mulher Prestígio é um dos trabalhos que a Associação de Mulheres Juristas quer levar avante. O objectivo é distinguir anualmente mulheres que destacaram nos mais variados domínios e sectores de actividade.

AMJ quer chegar a outros pontos do país

Na altura da sua criação a AMJ estabeleceu-se essencialmente na Praia e em São Vicente mas segundo a sua presidente pretendem chegar mais longe. “Queremos levar a associação a todos os concelhos do país principalmente naqueles em que já tenhamos algumas colegas a exercer a profissão. No Maio, por exemplo, já temos uma representante que vai prestar apoio à AMJ e pôr em prática alguns dos nossos objectivos”.

Na Praia, no bairro da Achada de Santo António, a Associação de Mulheres Juristas dispõe de um gabinete de consulta jurídica onde presta apoio gratuitamente. “Em geral as mulheres que procuram o nosso apoio são vítimas de violência doméstica ou mulheres que procuram ajuda porque os companheiros ou os pais dos seus filhos não pagam pensão de alimentos e querem saber quais são os seus direitos e como fazer para ter acesso à justiça”, esclarece.

Todas as mulheres juristas (e mesmo não juristas) podem inscrever-se na associação e contribuir na promoção da igualdade, defesa dos direitos das crianças e promoção de uma cultura de direito por um Estado de Direito Democrático em Cabo Verde.

@Cláudia Marques

mulher.sapo